

Nota da Direção

O terceiro número do volume III da *Católica Law Review* inclui quatro artigos particularmente interessantes no âmbito das ciências criminais e, mais concretamente, no direito penal em sentido amplo. Todos os textos foram submetidos e aceites após um rigoroso processo de *blind peer review*.

Este número conta, na parte doutrinal, com os contributos de Airto Chaves Junior (Universidade do Vale do Itajaí), Italo Farias Braga (Universidade de Fortaleza), Nestor Eduardo Araruna Santiago (Universidade de Fortaleza), Juliana Maria Borges Mamede (Universidade de Fortaleza), Bianca Maria Simão Franco (Universidade de Fortaleza), Lyara Maria Peres Ximenes (Universidade de Fortaleza), André Paulino Piton (Instituto Universitário da Maia), Oskar J. Gstrein (Universidade de Groningen), Anno Bunnik (Universidade de Groningen) e Andrej J. Zwitter (Universidade de Groningen). Inclui ainda um comentário a uma decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia feita por Vânia Costa Ramos (Universidade de Lisboa).

O texto de Airto Chaves Junior procede a uma análise crítica do princípio da intervenção mínima em matéria penal tendo como pano de fundo a jurisprudência dos tribunais superiores brasileiros. O estudo de Italo Farias Braga, Nestor Eduardo Araruna Santiago, Juliana Maria Borges Mamede, Bianca Maria Simão Franco e Lyara Maria Peres Ximenes trata da dúvida no processo penal e, em particular, a oscilação entre o princípio *in dubio pro societate* e o princípio *in dubio pro reo*. A reflexão de André Paulino Piton é dedicada ao tema do Direito Penal Europeu e a um dos mais recentes avanços neste domínio, o da Procuradoria Europeia. Finalmente, o trabalho de Oskar J. Gstrein, Anno Bunnik e Andrej J. Zwitter aborda os desafios sociais, legais e éticos do policiamento preditivo, enquanto instrumento utilizado para a previsão da criminalidade.

O comentário de Vânia Costa Ramos versa sobre o acórdão Piscioti do Tribunal de Justiça da União Europeia onde se discute a atuação dos Estados-Membros da União Europeia em matéria de cooperação judiciária internacional penal.

Creemos que, apesar de breve, este sumário se mostra suficientemente elucidativo sobre o interesse, atualidade e relevância de cada um dos temas e textos que integram este número da *Católica Law Review*, e despertará a curiosidade não apenas dos juristas que se dedicam ao estudo do direito penal em sentido amplo, mas de todos aqueles que fazem parte da comunidade jurídica.